

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

TEORIA GERAL DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

1. Conceitos fundamentais.....	21
1.1. Processo	23
1.2. Procedimento.....	24
1.3. Processo administrativo ou procedimento	25
1.4. Processo e procedimento no Direito Tributário	29
1.5. Tributo	33
2. Processo administrativo tributário – aspectos fundamentais.....	36
2.1. Atividade judicante ou de jurisdição na Administração	38
2.2. Sistemas de jurisdição: una ou dupla	41
2.3. Sistemas de jurisdição no direito comparado.....	43
2.4. O Processo administrativo Tributário como direito constitucional do contribuinte	46
2.5. Princípios aplicáveis ao procedimento e processo administrativo tributário.....	54
2.5.1. Conceito.....	54
2.5.2. Princípio da legalidade	56
2.5.3. Princípio da igualdade	58
2.5.4. Princípio da oficialidade	59
2.5.5. Princípio do informalismo ou do formalismo moderado.....	60
2.5.6. Princípio da verdade material.....	62
2.5.7. Princípio do devido processo legal	64
2.5.8. Princípio do contraditório e ampla defesa	65
2.5.9. Princípio da presunção de legitimidade	69
2.5.10. Princípio da preclusão	69
2.5.11. Princípio da simplicidade	74
2.5.12. Princípios da publicidade e da transparência	75
2.5.13. Princípio da lealdade e boa-fé	76
2.5.14. Princípio da motivação.....	76

2.5.15. Princípio da cooperação	77
2.5.16. Princípio da eficiência	78
2.5.17. Princípios da razoável duração do processo e da celeridade da sua tramitação	79
2.5.18. Princípio da justiça tributária.....	80
2.5.19. Princípio da defesa do meio ambiente.....	81
2.6. Processo administrativo tributário: seu uso facultativo, suas vantagens e desvantagens e desistência da lide	83
2.6.1. Uso facultativo do processo administrativo	83
2.6.2. Vantagens do processo administrativo tributário	85
2.6.3. Desvantagens do processo administrativo tributário.....	90
2.6.4. Desistência do litígio na esfera administrativa em razão da propositura de ação judicial sobre o mesmo objeto – sua relativização no contexto	92
2.7. Capacidade postulatória no processo administrativo.....	96
2.8. Depósito para garantia de instância – sua inconstitucionalidade.....	98
2.9. Preparação do processo administrativo tributário	104
2.9.1. Recepção da impugnação e a conferência dos documentos.....	104
2.9.2. Manifestação da autoridade lançadora	105
2.10. A superação da preclusão diante de matéria de ordem pública e de crédito tributário manifestamente indevido.....	108

CAPÍTULO II

NORMATIZAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

1. Fontes normativas do processo administrativo tributário	113
1.1. Fundamentos conceituais	113
1.2. Inexistência de legislação consolidada	115
1.3. A legislação esparsa.....	115
1.4. A importância da codificação da legislação processual tributária	117
1.5. A Lei Processual: sua instrumentalidade e interpretação.....	119
1.6. Legislação processual no direito intertemporal	122
1.6.1. A Aplicação da lei nova em processos pendentes	123
1.6.2. Os Recursos na mudança da lei processual.....	124
1.7. Prazos no processo administrativo tributário	126

CAPÍTULO III

OS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS: COMPOSIÇÃO E FUNCIONALIDADE

1. Disposições gerais	129
2. Competência dos órgãos de julgamento administrativo para afastar aplicação de norma tributária inconstitucional.....	131

3.	Efeitos da decisão do órgão de julgamento administrativo e a sua vinculação aos precedentes judiciais e às soluções de consulta.....	137
3.1.	Decisão definitiva (Administrativa) e coisa julgada (Judicial).....	138
3.2.	Efeito vinculante das decisões dos tribunais administrativos para a Administração.....	139
3.3.	Os efeitos dos precedentes judiciais no processo administrativo fiscal (fiscalização e contencioso).....	146
3.4.	As soluções de consultas e o seu poder vinculante nos julgamentos dos tribunais administrativos	149
3.5.	Da impossibilidade de revisão do mérito da decisão administrativa pelo Judiciário	152
4.	Publicidade das sessões de julgamento x sigilo fiscal.....	154
5.	Os requisitos estruturais da decisão	155
5.1.	Relatório	156
5.2.	Fundamentação.....	156
5.3.	Dispositivo.....	161
6.	Abrangência material da decisão.....	162
6.1.	Decisão de ofício: recurso intempestivo e matéria não aduzida pela defesa	162
6.2.	Decisões “extra” ou “ultra petita” em processo fiscal	166
6.3.	<i>Reformatio in pejus</i> no processo administrativo tributário.....	167
6.4.	Da possibilidade de reclassificação da multa do lançamento pelo julgador....	172
6.5.	A aplicação da equidade	173
6.6.	Inexatidões e erros materiais nas decisões	175
7.	Súmulas.....	176
8.	O julgador nos tribunais administrativos.....	178
9.	O esgotamento do processo administrativo para a denúncia crime.....	181
10.	O direito ao recurso voluntário no provimento do recurso de ofício	186
11.	O erro das decisões genéricas na apreciação de revisões motivadas por embargos de declaração	188
12.	A impossibilidade de impor limites e restrições de acesso a instâncias recursais administrativas	189
13.	Da composição dos tribunais administrativos e o voto de qualidade.....	190
14.	A vedação para questionar a legislação pelo julgador administrativo não deve ser causa limitadora na exegese normativa	193

CAPÍTULO IV

PROVAS

1.	Noções conceituais	197
2.	Avaliação da prova em matéria tributária.....	200
3.	Meios de prova	202

3.1.	Confissão	203
3.2.	Prova documental	205
3.3.	Prova emprestada	207
3.4.	Prova testemunhal	210
3.5.	Prova por meio de presunção legal	212
3.5.1.	Suprimento de caixa	214
3.5.2.	Ativo oculto ou passivo fictício	218
3.5.3.	Depósito bancário não declarado – omissão de receita	220
3.5.4.	Presunção de venda através do controle quantitativo de mercadorias ou bens	223
3.5.5.	A reforma tributária e as presunções legais previstas na LC nº 214/2025	225
3.6.	Prova pericial.....	231
3.7.	Diligências.....	232
3.8.	Prova indireta ou indiciária	233
3.9.	Ônus da prova x presunção de legitimidade	235
3.10.	Provas ilícitas	240
3.11.	As provas colhidas em estabelecimento diverso daquele contra o qual devem provar.....	242

CAPÍTULO V

LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

1.	Anotações introdutórias	245
2.	Conceito	247
3.	Competência privativa para lançar	252
4.	Eficácia Declaratória ou constitutiva do lançamento	254
5.	O lançamento e a vigência da legislação no tempo.....	255
6.	Notificação do lançamento para efeitos jurídicos	258
7.	Sujeição passiva do lançamento: contribuinte e responsável tributário.....	259
7.1.	Responsabilidade solidária nos termos do art. 124 do CTN.....	259
7.2.	A responsabilidade pessoal ou solidária fixada pelo art. 135 do CTN	264
7.3.	Da impossibilidade de responsabilização do sócio-gerente ou administrador de forma solidária, fora das condições estabelecidas pelo CTN	267
7.4.	A desconsideração da personalidade jurídica (DPJ) no procedimento de fiscalização tributária	268
7.5.	A necessária indicação dos responsáveis tributários no lançamento tributário	272
8.	Lançamento, exigibilidade e exequibilidade do crédito tributário	277
9.	Lançamento para prevenir a decadência diante de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do tributo e do depósito do montante integral	279
10.	O abatimento do saldo credor na determinação do valor a ser lançado de ofício: ressignificação do crédito na reforma tributária.....	282

11. Constituição definitiva do crédito tributário como início do prazo prescricional	286
12. Modalidades de lançamento	291
12.1. Lançamento de ofício ou direto.....	292
12.2. Lançamento por declaração ou misto	294
12.3. Lançamento por homologação	295
13. Alteração do Lançamento.....	300
14. A revisão do lançamento tributário de ofício (art. 149 do CTN)	304
14.1. Revisão do lançamento ou do procedimento fiscal?	307
14.2. Revisão do lançamento por erro de direito e erro de fato	309
14.3. Impossibilidade de revisão de lançamento em razão da modificação de critério jurídico da autoridade administrativa	318
14.4. Impossibilidade de revisão do lançamento com sobreposição de técnicas fiscalizatórias sobre o mesmo fato	322
15. Reemissão do lançamento cancelado por vício formal, com a reabertura do prazo decadencial, segundo o art. 173, II, do CTN.....	323
15.1. Vício Formal.....	327
15.2. Incompetência da autoridade notificante como vício formal ou nulidade do lançamento.....	330
15.3. Nossa posição sobre o tema	331
15.4. Razões de justificativa do prazo decadencial mais benéfico à Fazenda Pública	333

CAPÍTULO VI

PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS

1. Aspectos Gerais	337
2. Termos de fiscalização e o benefício da espontaneidade	340
3. A ação fiscal de monitoramento para avaliação da conformidade do contribuinte com relação às obrigações tributárias	349
4. Ações fiscais massivas e o dever de identificar as reais irregularidades	352
5. Da impossibilidade de prevenir a decadência com o termo de início do procedimento fiscal	354
6. Da impossibilidade de reduzir o prazo legal para a defesa prévia para prevenir a decadência.....	356
7. Intimações	357
8. Intimação para apresentação de documentos extrafiscais	362
9. Prazo para guarda de documentos e livros fiscais em qualquer meio	364
10. Sigilos fiscal e bancário	367
11. Sigilo de dados.....	373
12. Desconsideração dos atos ou negócios jurídicos (parágrafo único do art. 116 do CTN)	375
13. Fiscalização de Mercadorias em Trânsito e suspensão do benefício da espontaneidade	380

14. Procedimento de fiscalização e a relação fisco x contribuinte	381
15. O prazo decadencial para a elaboração do lançamento de ofício.....	383

CAPÍTULO VII

AS INVALIDADES DOS ATOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

1. Anotações gerais e introdutórias.....	389
2. Ato nulo	392
3. Ato Anulável.....	393
4. Ato irregular.....	393
5. Convalidação	394

CAPÍTULO VIII

DA CONSULTA TRIBUTÁRIA

1. Anotações introdutórias	397
2. Os efeitos da consulta diante das obrigações tributárias	401
3. Interessada legítima para formular consulta.....	404

CAPÍTULO IX

PROCESSO ADMINISTRATIVO NA REFORMA TRIBUTÁRIA

1. Anotações introdutórias	407
2. Referências ao processo administrativo tributário pela Emenda Constitucional nº 132/2023	409
3. Panorama do processo administrativo tributário com a reforma tributária.....	410
4. Da fiscalização e lançamento de ofício do IBS e CBS – LC nº 214/2025.....	412
4.1. As presunções legais como prova da infração tributária	418
4.2. Regime especial de fiscalização do IBS e da CBS	418
5. Da harmonização no tratamento do IBS e da CBS	420
6. Da consulta sobre a aplicação da legislação relativa ao IBS e à CBS	423
7. Normas processuais do IBS – LC nº 227/2026	425
7.1. Disposições preliminares.....	425
7.2. Forma dos atos e termos processuais	426
7.3. Da contagem dos prazos.....	426
7.4. Vícios e nulidades no PAT do IBS	428
8. O Comitê Gestor do IBS (CG-IBS) e seu papel integrativo no processo administrativo tributário	431
9. Os desafios de fiscalização do IBS e da CBS com tributação no destino.....	436
10. Do contencioso administrativo tributário do IBS.....	440
10.1. Contextualização do contencioso do IBS.....	440

10.2. Disposições gerais, prazos, diligências, desistência do litígio e revelia	441
10.3. Dos provimentos vinculantes	446
10.4. Das espécies recursais	450
10.4.1. Disposições preliminares.....	450
10.4.2. Recurso de uniformização em relação à legislação específica do IBS.....	451
10.4.3. Pedido de retificação	451
10.4.4. Incidente de uniformização relativo à legislação específica do IBS.....	452
10.4.5. Recurso especial de uniformização da jurisprudência administrativa dos dois tributos, o IBS e a CBS	452
10.4.6. Incidente de uniformização perante a Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS.....	454
10.5. Dos órgãos de julgamento do IBS.....	454
10.5.1. Disposições gerais	454
10.5.2. Da primeira instância de julgamento do IBS	456
10.5.3. Da segunda instância de julgamento do IBS.....	457
10.5.4. Da instância de uniformização da jurisprudência do IBS relativa à legislação específica do IBS.....	459
10.5.5. Da Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS.....	461
BIBLIOGRAFIA.....	465